

POLÍTICAS EDITORIAIS: PROCESSO DE PRODUÇÃO
E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO NOVO ¹

Cyro Mascarenhas Rodrigues ²

As considerações aqui apresentadas, apesar de embasadas num referencial teórico de caráter mais abrangente, cristalizam-se, em nível empírico, na experiência restrita à geração e difusão do conhecimento agrônomo.

Para dar maior consistência ao texto, pretende-se, em primeiro lugar, colocar os elementos básicos do conceito de política editorial, analisar o processo de produção e difusão do conhecimento enquanto prática social e estabelecer o relacionamento entre essas categorias. Espera-se, deste modo, evidenciar que a pretensa objetividade do ideal científico escamoteia, na maioria das vezes, o controle e a instrumentalização real, encontrando, na editoração, um campo fértil para o seu fortalecimento, como admite Machado (1983).

A política editorial é entendida como um conjunto de princípios e normas estabelecidas para orientar os procedimentos das instituições que trabalham com a editoração. Tal definição guarda certa coerência com a formulação do conceito de política de comunicação preconizado pela UNESCO (1974), justificando a vinculação dessa política aos pressupostos dos planos nacionais de desenvolvimento.

¹ Notas apresentadas no I Encontro Ibero-Americano de Editores de Revistas de Comunicação, realizado em São Paulo nos dias 1 e 2 de setembro de 1986, durante o INTERCOM 86.

² Editor de Resenhas do "Cadernos de Difusão de Tecnologia". EMBRAPA Caixa Postal 04-0315 Brasília, DF.

Vieira (1984) define política editorial sob um enfoque menos abrangente, dentro da especificidade de uma editora, ou seja, são os indicadores que estabelecem os marcos, objetivos, conteúdo e forma dos instrumentos de editoração, vale dizer, a indicação do que, como e para quem editar. Para o Prof. Antonio Houaiss, citado por Martins (1985), não existe uma definição precisa de política editorial porquanto se trata de uma política social de configurações diversas, mas admite conceituá-la como "um conjunto de normas e condições ou processos seguidos para tornar público, editar obras de interesse social".

Como se vê, o conceito de política editorial envolve basicamente a noção de princípios, normas, controle e marcos que se aplicam ao contexto específico de uma empresa pública ou privada, como também ao plano global da política governamental que traça diretrizes maiores. Contudo, não deixa de refletir os valores da sociedade como um todo, cujos ditames são a ideologia das frações dominantes que detêm os meios de produção. As políticas de editoração não podem ser aplicadas, portanto, fora dos marcos ideológicos da sociedade que as produz, definindo o que é bom e desejável, impondo mecanismos de controle que, via de regra, limitam a liberdade de expressão e informação. Em outras palavras, define e reforça o sistema de dominação dos segmentos hegemônicos da sociedade.

E o que dizer da produção do conhecimento? Sztremsanyi (1985) distingue o conhecimento científico das demais formas de conhecimento não apenas pelo seu maior rigor e precisão, mas pelo fato de ser produzido através de pesquisa, uma atividade especializada de cientistas que nunca é exclusivamente individual, implicando numa divisão do trabalho técnico e social. Embora se reconheça uma tipologia diversificada de gêneros de conhecimento que varia desde o senso comum ao conhecimento científico, como admite Gurvitch, citado por Santos (1983), sabe-se que existem interrelações entre os diversos gêneros, a ponto de estruturar um sistema que evolui historicamente. Essa evolução decorre de alterações que se processam em partes dos seus componentes, porém condicionadas a determinações da base sócio-material da sociedade. Estabelece-se, assim, o pressuposto de que todas as formas de conhecimento são influenciadas por formas sociais. Os postulados teóricos desta assertiva es

tão fundamentados na sociologia do conhecimento que se origina na segunda metade deste século com Mannheim (1950), mas que tem fortes raízes no pensamento marxiano.

A sociologia do conhecimento tem por objeto o estudo das idéias no seu relacionamento com a cultura e a sociedade. Segundo Santos (1979:13), "ela estuda as relações existentes entre as produções mentais e os quadros existenciais dos quais emergem".

Os fatores determinantes da produção do conhecimento não são, portanto, apenas imanentes, condicionados pelo objeto do conhecimento e antecedentes lógicos e metodológicos. Incluem-se, também, os de natureza socioculturais, que em última instância determinam os seus objetivos e, em verdade, os produz.

Não se pretende aqui aprofundar a discussão das diversas abordagens que procuram explicar o conteúdo social da produção do conhecimento. No Brasil, além de Santos (1978), Sousa (1980) e Sousa e Singer (1984) o fizeram com muita precisão, partindo da problemática geral da ciência e suas interconexões com a realidade social, passando pela questão da autonomia/não-autonomia da ciência na sociedade, terminando por analisar as suas implicações no campo da investigação agropecuária.

No limite dos objetivos deste texto, importa considerar que o processo de geração do conhecimento enquanto prática científica ocorre dentro de relações, sociais, contagiado, portanto, por esse universo de relações, estando muito longe de afigurar-se como uma racionalidade objetiva concebida sob a égide da neutralidade axiológica. Daí a posição de Japiassu (1975) que desqualifica a atividade científica enquanto templo sagrado, porém a considera uma prática humana e social como outra qualquer, impregnada de ideologias, juízos de valor, de argumentos de autoridade e, muitas vezes, de dogmatismos ingênuos. Nesta perspectiva, a objetividade seria mesmo um projeto irrealizável já que o sujeito é quem constrói o objeto de sua ciência, pressionado por instrumentos institucionais e ideológicos criados e acionados para reproduzir o esquema dominação dos segmentos hegemônicos que se apropriam dos meios de produção, na forma como está organizado o sistema produtivo na sociedade.

Szmreczányi (1985:166) chama a atenção para o fato de que "a pesquisa científica, entendida como um processo produtivo, está integra

da ao resto da economia e da sociedade, tanto pelos recursos como pelas solicitações que delas recebe". A produção científica depende, portanto, de um excedente econômico da sociedade que possa ser investido em recursos materiais e humanos com vistas à sua implementação. Quanto maiores esses recursos, maiores serão os avanços da investigação científica. Daí afirmar-se que a produção do conhecimento, via investigação científica em determinada sociedade, depende do desenvolvimento das forças produtivas que condicionam o seu caráter, intensidade e potencialidades (Szmreczányi 1985). Como corolário, deduz-se que o produto do conhecimento científico quando aplicado ao sistema produtivo vai reverter-se em ganhos cada vez maiores para as classes dominantes (detentoras dos meios de produção) e não igualmente para todos os componentes da sociedade como muitos cientistas imaginam ao projetar as suas pesquisas.

A produção do conhecimento científico e tecnológico é uma prática social isenta de neutralidade, trazendo em si todas as contradições da sociedade que a engendra. A evidência empírica dessa assertiva será agora rapidamente avaliada a partir do confronto do processo evolutivo da pesquisa agropecuária no Brasil e das transformações sócio-econômicas que contextualizaram e determinaram a dinâmica dessa trajetória.

No período colonial e no império, prevaleceu no Brasil a forma de produção escravista sustentando uma economia mercantil, baseada na agroindústria canavieira e na lavoura do café, totalmente voltadas para o mercado externo. A base técnica dessa agricultura era extremamente precária e jamais poderia impor desafios à ciência, eis que o trabalho escravo historicamente paralisa completamente o desenvolvimento da técnica e das forças produtivas (Thalheimer 1979).

Somente depois de esboçadas as perspectivas de substituição do trabalho escravo por formas superiores de exploração, começaram a surgir por parte dos fazendeiros, classe dominante de então, as demandas por conhecimentos de ciências agrárias. Isto acontece depois da proibição do tráfico dos escravos em 1850, quando os senhores da terra começam a pressionar o Imperador no sentido de criar instituições de ensino e pesquisas agrícolas, a exemplo das existentes na Europa. Desta

forma surgiram os Imperiais Institutos de Agricultura a partir de 1895. Os estudos realizados viriam atender às necessidades dos donos da terra de melhorar a sua rentabilidade através de técnicas de cultivo que compensassem a substituição da mão-de-obra escrava (Rodrigues 1986).

No que tange à editoração, entre os objetivos dos Imperiais Institutos de Agricultura constava "criar e manter um periódico no qual, além dos trabalhos próprios dos Institutos, se publiquem artigos, memórias, traduções e notícias de reconhecida utilidade para a nossa agricultura, e que exponha em linguagem acomodada à inteligência da generalidade dos agricultores os melhoramentos que merecem ser adaptados nos processos agrícolas e os princípios de economia rural indispensáveis para o judicioso emprego dos capitais, boa administração das fazendas e aproveitamento de seus produtos" (Silva 1878:18).

No período compreendido entre a proclamação da república e a revolução de 1930, não houve alterações significativas na base econômica e na correlação de forças sociais, prevalecendo a oligarquia rural. Foi inexpressivo o desenvolvimento das forças produtivas, e a pesquisa agropecuária, acompanhando essa tendência, progrediu muito pouco. Contudo, registra-se a reinstalação do Ministério da Agricultura e a organização de um serviço de informação e divulgação com a finalidade de imprimir, distribuir e divulgar as publicações do Minjstério.

A aliança da burguesia industrial e mercantil, reforçada por segmentos da classe média e parte do bloco agrário (cafeeiro), viabilizou a revolução de 1930. Várias reformas sucessivas resultaram do movimento revolucionário que significou para a pesquisa agrônômica uma reestruturação das unidades técnico-administrativas anteriormente dispersas, sob a coordenação de uma Diretoria Geral de Pesquisas Científicas. A implantação do Estado Novo em 1937 veio reforçar a intervenção estatal em todas as esferas da organização política, social e econômica. Logo foi criado o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônômicas, que em 1943 foi reformulado, dando lugar ao Serviço Nacional de Pesquisas Agrônômicas - SNPA, com o desmembramento das atividades de ensino. O SNPA coordenava e dirigia as atividades da pesquisa federal em todo o país, sendo composto de unidades centrais e de uma rede nacional de experimentação formada de institutos regionais.

Do ponto de vista da divulgação dos resultados de pesquisa, convém salientar que o Ministério da Agricultura havia criado em 1933 um órgão que mais tarde seria conhecido como Serviço de Informação Agrícola - SIA, com a finalidade de editar livros, folhetos e periódicos, além de armazenar informações e divulgá-las através de jornais, rádio e cinema (Martins 1985).

Da criação do SNPA até a sua extinção em 1962, por força de uma nova reforma administrativa no Ministério da Agricultura, não houve transformações maiores no sistema nacional de pesquisas agrônômicas, a não ser a criação de novos institutos que se incorporaram à rede federal. Quanto à atividade de editoração no final deste período, embora não se possa afirmar a existência de uma política editorial, observa-se uma preocupação em definir os veículos de comunicação mais adequados aos públicos alvos: extensionistas agrícolas e pesquisadores científicos.

A extinção do SNPA deu lugar ao Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuária - DPEA, que manteve a mesma estrutura do sistema anterior, apresentando como única novidade a incorporação dos órgãos de pesquisas zootécnicas e veterinárias até então fora da órbita do sistema. Este período de vigência do DPEA, que sofreu mudanças na sigla para terminar como DNPEA, em 1974, representou a consolidação do sistema federal de pesquisas. Além dos resultados expressivos que contribuíram para o aumento da produtividade agropecuária, registra-se um fato de maior importância para a difusão das tecnologias geradas. Pela primeira vez, era formalizada a articulação da pesquisa com a extensão rural, visando, entre outras atividades, à instalação, em cada instituto regional de pesquisa, de um Centro de Informação que possibilitasse a divulgação ampla dos resultados de pesquisa. Esses centros eram coordenados por especialistas em comunicação agrícola, oriundos do sistema de extensão rural.

Em 1973, o I Encontro Nacional de Técnicos em Divulgação do DNPEA estabeleceu as diretrizes para uma política de informação desse órgão, com a definição de instrumentos, públicos preferenciais, normas de apresentação, padronização editorial e tramitação de originais antes da impressão. Na oportunidade, reforçava-se a decisão tirada no Encon

tro de Itaguaí, em 1970, segundo a qual estabelecia-se a divisão de trabalho no campo da editoração agrícola. Os extensionistas e os pesquisadores seriam o público preferencial das edições dos institutos de pesquisa, enquanto os agricultores seriam o público preferencial das edições do Sistema de Extensão Rural. As diretrizes do I Encontro não chegaram a ser postas em prática, em virtude da extinção do DNPEA, em 1974, que deu lugar à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA (Rodrigues 1975).

A criação da EMBRAPA resultou de um conjunto de decisões que reorganizou o Estado brasileiro a partir do Decreto-Lei 200, editado em 1967, que deu respaldo à política de modernização da nossa economia, consolidando a sua internacionalização e dependência externa. Para a agricultura, isso representou um compromisso de melhorar a produtividade da terra e do capital, apoiado na importação, geração e difusão de tecnologia, assegurando mercado para o complexo industrial produtor de máquinas, equipamentos, fertilizantes agrotóxicos e outros insumos modernos.

Para dar suporte a essa política, a EMBRAPA implantou um modelo institucional e operativo de pesquisa, que respondeu prontamente às expectativas governamentais gerando, nos seus primeiros anos, centenas de pacotes tecnológicos indutores do uso maciço de insumos modernos. A par disso, a empresa desenvolveu um intenso programa de pesquisas que muito tem contribuído para o avanço da ciência e da tecnologia agrícola na última década. Se a modernização do campo não tem transformado as bases do crescimento agrícola, pelo contrário beneficia apenas uma pequena parcela de produtores e mais o capital industrial e financeiro, isso são distorções que não podem ser creditadas à EMBRAPA por si só, mas ao conjunto da política econômica governamental.

O modelo institucional da EMBRAPA privilegia a difusão de tecnologia a ponto de colocar a geração e a difusão como componentes de um mesmo processo. O reflexo dessa postura no que tange à questão da editoração, um dos pilares das ações de difusão da tecnologia, é notável.

Em 1974, a EMBRAPA já produzia um documento orientador das linhas básicas da política editorial da Empresa, estabelecendo mecanismos

para a edição de trabalhos realizados no âmbito da Empresa ou através de projetos cooperativos. Mais adiante, foram criadas as normas e diretrizes referentes às publicações técnico-científicas, em complementação ao documento orientador da política editorial (Rodrigues 1975).

Uma nova versão da política editorial da EMBRAPA, desta feita mais aperfeiçoada e abrangente, foi estabelecida em 1979. Ela fixa linhas de ação e coordenação para facilitar a geração e disseminação das informações produzidas pelo Sistema Cooperativo de Pesquisa Agropecuária coordenado pela EMBRAPA. Trata-se de uma política global que se aplica de forma normativa às unidades de execução direta de pesquisa da empresa e de forma indicativa aos demais órgãos do sistema cooperativo. Junto à definição da política editorial foi produzido um manual de publicações que dispõe sobre a operacionalização da política editorial. Este manual é atualizado periodicamente em Encontros de Editores da EMBRAPA (Martins 1985).

Para garantir a execução da política editorial, existem os Comitês ao nível de administração central (Comitê de Política Editorial e Comitê de Publicações) e ao nível de Unidades Descentralizadas (Comitê de Publicações). Compete ao Comitê de Política Editorial apreciar, acompanhar e avaliar o programa de publicações técnico-científicas formulado pelo Departamento de Difusão de Tecnologia. Aos Comitês de Publicações cabe julgar os trabalhos a serem publicados e zelar pelo cumprimento das normas e procedimentos estipulados pela política editorial da EMBRAPA.

Hoje a EMBRAPA edita 14 títulos de publicações, sendo 5 unidades de documentação e 9 instrumentos de divulgação. Entre os periódicos, destacam-se "Pesquisa Agropecuária Brasileira" que objetiva divulgar para a comunidade científica os resultados conclusivos de pesquisa e "Cadernos de Difusão de Tecnologia" cuja finalidade principal é veicular trabalhos que abordem a problemática da ciência e tecnologia dentro de uma perspectiva crítica, e aspectos da geração e difusão de tecnologias agropecuárias.

Consideração finais

Por tudo que foi aqui exposto, depreende-se que os marcos da definição de uma política editorial têm muito a ver com o processo de produção do conhecimento científico e com a dinâmica das instituições que fazem pesquisa. Tudo isso se contextualiza num campo de relações entre ciência e sociedade que evolui historicamente, crescendo na medida em que se verificam avanços mais significativos das forças produtivas e aperfeiçoamento das relações de produção. O exemplo da evolução da pesquisa agropecuária brasileira é bastante ilustrativo:

Os primeiros sinais de crise da economia escravista mercantil, provocada, entre outros fatores, pela substituição progressiva do trabalho escravo por formas superiores de exploração, ocasionaram a demanda por conhecimentos de ciências agrárias, induzindo à institucionalização da pesquisa e ensino agrônômicos na segunda metade do século XIX. Na oportunidade, surgiram, também, as primeiras publicações para divulgação dos resultados de pesquisa e instruções práticas para o cultivo de plantas e criação de animais.

A monetarização das relações econômicas não foi suficiente para apagar do poder a aristocracia agrária que, a despeito da Proclamação da República, continuava sendo a força hegemônica. A Revolução de 1930 e seu desdobramento no golpe do Estado Novo consolidaram a aliança entre a burguesia industrial e mercantil provocando uma expansão das forças produtivas, e refletiu de imediato na racionalização e intensificação das atividades de pesquisas agrônômicas. Simultaneamente, estruturavam-se o Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura e os setores de divulgação dos institutos de pesquisa.

Na década de 1960, com o esgotamento do modelo econômico de substituição de importações, o país esteve na iminência de enveredar pelo caminho das reformas de base. O golpe militar de 1964 levou a sociedade brasileira para outra direção, a da modernização conservadora. Para a agricultura, isso significou a intocabilidade da estrutura fundiária; aumento da base técnica, via crédito subsidiado, objetivando a maximização do uso de produtos industriais (máquinas, equipamentos, fertilizantes e agrotóxicos); fornecimento de alimentos a baixo custo; e

produção de matérias-primas para a indústria de transformação. A pesquisa agropecuária teve papel fundamental no apoio a este modelo de modernização. Antes, porém, sofreu uma reformulação estrutural tanto do ponto de vista institucional quanto filosófico e operativo. No bojo dessa reforma, montou-se uma sofisticada estrutura de documentação, informação e difusão de tecnologia, onde a questão editorial foi tratada com ênfase nunca experimentada pelo sistema de pesquisa agropecuária.

Finalizando, cabe salientar que o propósito maior deste trabalho foi mostrar que existe algo muito mais complexo que a simples formalização de normas técnicas na definição de uma política editorial. As mesmas determinações sócio-materiais, que regem a produção do conhecimento científico, certamente exercem influência semelhante na formulação dessas políticas que, via de regra, atendem aos interesses de segmentos dominantes, ficando excluídas dos seus benefícios as maiores parcelas da sociedade.

REFERÊNCIAS

- GURVITCH, G. Traité de sociologie. Paris, PUF 1958 (Vol. II).
- JAPIASSU, H. O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro, Imago, 1975. 187p.
- MACHADO, C.M.C. Palavra-decalque; a morte da significação e a editoração científica. São Paulo IEA, 1983. 18p.
- MANNHEIN, K. Ideologia e utopia; introdução à sociologia do conhecimento. Porto Alegre, Globo, 1950.
- MARTINS, M.S. Análise da Política Editorial da EMBRAPA. São Paulo, Instituto Metodista de Ensino Superior, 1985. Tese de mestrado.
- RODRIGUES, C.M. Gênese e evolução da pesquisa agropecuária no Brasil; da instalação da Corte Portuguesa ao início da República, s.n.t. Trabalho apresentado na XXXVIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Curitiba, Pr, jul. 1986.
- RODRIGUES, C.M. Programa nacional de publicações técnico-científicas da EMBRAPA. Brasília, EMBRAPA, 1975. 20p.
- SANTOS, I.R. dos. Os fundamentos sociais da ciência. São Paulo, Polis, 1978. 93p.
- SANTOS, I.R. dos. & Lewinsohn, T. Ciência e tecnologia; teoria e história. Campinas, UNICAMP, 1983. 36p. (Cadernos IFCH. UNICAMP, 3).
- SILVA, M.A. de. Agricultura nacional. Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. 9(1):2-15, 1878.
- SOUSA, I.S.F. de. Accumulation of capital and agricultural research technology: a Brazilian case study. The Ohio State University, 1980. Tese Doutorado. Disponível através da University Microfilms, Ann Arbor, Michigan.

SOUSA, I.S.F. de. & Singer, E. Tecnologia e pesquisa agropecuárias; considerações preliminares sobre a geração de tecnologia. Cadernos de Difusão de Tecnologia. Brasília, 1(1):1-25, 1984.

SZMECSANYI, T. Elementos para uma história social da produção científica no Brasil; Cadernos de Difusão de Tecnologia. Brasília, 2(1):165-170, 1985.

THALHEIMER, A. Introdução ao materialismo dialético. Trad. Moniz Brandeira. São Paulo, Ciências Humanas, 1979. 152p.

UNESCO, Paris, França. Informe de la Reunion de Expertos sobre la Planificacion y las Políticas de la Comunicacion en America Latina. Paris, 1974. 36p. Anexos.

VIEIRA, R.A. Política editorial In: SEMINÁRIO DE PUBLICAÇÕES DA ÁREA DE EDUCAÇÃO. Brasília, 1983. Anais... Brasília, INEP, 1984. p.23-27.